

**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

## Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2023-2025

Tema	Audiência Pública na Comarca de Luziânia-GO, abrangendo as Comarcas da 7ª Região (Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás)
Data e hora	19/05/2023 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)
Local	Momento híbrido/ on-line e presencial
Secretários	Márcia Rabelo de Almeida, Isabela Sardinha Lisboa Leite e Vanessa Cristina Pereira Dias
Participantes da mesa diretora	<p><b>Reunião Interna com os Magistrados e Servidores</b>  <u>Composição da mesa diretiva:</u>  Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás  Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça  Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência neste ato representando o Presidente Dr. Carlos Alberto França  Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça  Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça  Dra. Célia Regina Lara – Diretora do Foro da Comarca de Luziânia-GO  Dr. Gustavo Dias Maciel – Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça  Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior – Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO  Dra. Mariana de Queiroz – Juíza de Direito e Diretora Executiva dos Grupos Reflexivos no âmbito do Poder Judiciário  Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça  Sr. Bruno Faustino – Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA  Sr. Eleandro – Vice-Presidente do SINDOJUS</p> <p><b>Audiência Pública Externa</b>  <u>Composição da mesa diretiva:</u></p>





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Desembargador Leandro Crispim – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Marcos Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Célia Regina Lara – Diretora do Foro da Comarca de Luziânia-GO Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Diego Vaz Sorgatto – Prefeito de Luziânia-GO Sra. Yasmin Melo Rodrigues – Procuradora-Geral do Município Sr. Francisco Alves de Sousa Neto – Coordenador da Guarda Civil Municipal Sr. Marcos Antônio da Cunha – Secretário Extraordinário de Administração do Jardim Ingá Sr. Antônio Costa do Nascimento – Presidente da Câmara Municipal de Luziânia- GO Sr. Tarsis Augusto de Santana Lima – Juiz Federal – Coordenador da Justiça Federal da Região de Luziânia Sra. Janaína Costa Vechia de Castro – Promotora de Justiça e Coordenadora das Promotorias de Justiça da Comarca de Luziânia Tenente-Coronel Alessandro Arantes Neres de Souza – Comandante do 5º Comando Regional da Polícia Militar – 5º CRPM Major Adriânio Antônio dos Santos Lopes – Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar – 10º BPM Capitão Anderson Jocas Domingos Júnior – Comandante da 16ª Companhia Independente de Polícia Militar – CIA de Policiamento Especializado 16ª CIPM/CPE Capitão Denis Oseas Gonçalves Moreira – Comandante da 4ª Companhia Destacada do Batalhão de ROTAM – 4ª CIA DE ROTAM Coronel João Divino Lourenço Júnior – Comandante do 4º Comando Regional Bombeiro Militar – 4º CRBM Sr. Rafael Abrão - Delegado Regional da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil – 5ª DRPC</p>
--	---





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Sr. Rafael Pareja Camargo - Delegado da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Luziânia-GO, extensivo aos Delegados de Polícia do entorno Sul</p> <p>Sr. Fabiano Medeiros Laignier de Souza - Delegado de Polícia – 2ª Delegacia de Polícia Civil de Luziânia-GO, extensivo aos Delegados de Polícia do Entorno Sul</p> <p>Sr. Victor Pereira Avelino - Delegado de Polícia – DEAM / DEPAI / DPCA</p> <p>Sra. Thaís de Araújo Paiva Lima - Presidente da OAB – Seccional de Luziânia/GO</p> <p>Sr. Antônio Cruvinel Borges Neto – Reitor/Diretor da Universidade do Estado de Goiás (UEG) do Município de Luziânia</p> <p>Sra. Milena Teixeira da Silva - Reitor/Diretor da Faculdade Pitágoras do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Paulo Silas Luiz Lima - Reitor/Diretor do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste – UNIDESC da cidade de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Reinaldo de Lima dos Reis Júnior - Reitor/Diretor do Instituto Federal de Goiás (IFG) do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Hermes Carneiro - Reitor/Diretor da UNOPAR do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Cristhyano Pimenta - Reitor/Diretor da Universidade de Rio Verde do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sra. Claudiana Dias Santos - Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Hudson Geraldo Toledo - Presidente – Conselho Tutelar de Luziânia – GO (Centro)</p> <p>Sr. Joel da Silva Roberto - Presidente do Conselho Tutelar do Município de Luziânia – GO (Jardim Ingá)</p> <p>Sra. Juliana Roriz – Coordenadora do Centro Especializado de Atendimento à Mulher - CEAM</p> <p>Sr. Juarez das Dores Lôbo Júnior - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Elias Cavalcante da Rocha Júnior - Secretário Municipal de Administração de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Gilmar Ribeiro Júnior - Secretário Municipal de Finanças de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Edson Braz de Queiroz - Secretário Municipal de Planejamento de Luziânia-GO</p>
--	--





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
 Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Sr. Nilson da Silva Lins - Secretário Municipal de Governo de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Marcos de Araújo Melo - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Luziânia-GO</p> <p>Sr. José Maria Martins dos Santos - Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Télio Rodrigues de Queiroz - Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Everaldo Meireles Roriz - Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Luziânia-GO</p> <p>Sra. Valdirene Tavares dos Santos - Secretária Municipal de Turismo de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Felipe Medeiros Nascimento - Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Daniel Rodrigues de Queiroz Neto - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Marques Nunes de Azevedo - Secretário Municipal de Segurança e Cidadania de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Alan Lourenço Nogueira - Tabelião do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Irley Carlos Siqueira Q. do Nascimento - Tabelião do 1º Tabelionato de Notas do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sra. Daniela Soares Batista - Tabeliã do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sra. Genea Carla Martins da Silva - Tabeliã do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. João Batista Perigolo - Tabelião do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sra. Marinalva Aparecida de Santana - Tabeliã do 2º Tabelionato de Notas do Município de Luziânia-GO</p> <p>Sr. Gastão de Araújo Leite - Ouvidor da Prefeitura de Luziânia-GO</p>
<p>Participantes da plateia</p>	<p>Lista de Presença Anexa</p>

**PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL**





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Quarta-Feira (17/05/2023):**

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painei 1 - Tema: “Noções Introdutórias do Projeto Apoema”
- Painei 2 -Tema: “PROJUDI / PJD”
- Painei 3 - Tema: “Gestão Aplicada do Processo Eletrônico e da Unidade Judicial”
- Painei 4 - Tema: “BNMP” e “Baixa Processual em Geral”

**Quinta-Feira (18/05/2023):**

**Período: manhã:**

- Painei 5 - Tema: “Prêmio Produtividade do TJGO”
- Painei 6 - Tema: “Gestão de Gabinete”
- Painei 7 - Tema: “Inovações na Gestão de Diretoria de Foro”
- Painei 8 - Tema: “Controle de Produtividade”

**Período: tarde:**

- Reunião do Foro Extrajudicial
- Reunião sobre Regularização Fundiária

**Sexta-Feira (19/05/2023):**

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo de Anápolis

1. O Desembargador Leandro Crispim iniciou a reunião informando que o objetivo é uma conversa franca, a fim de escutar os problemas da comunidade e mudar a história do entorno de Brasília.





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

2. Dr. Marcus Vinícius, após os cumprimentos, prosseguiu informando sobre os pontos cruciais para a Corregedoria, com ênfase à gestão das Unidades Judiciárias.
3. Dr. Gustavo Assis Garcia, após os devidos cumprimentos, mencionou as atribuições da Corregedoria.
4. Dra. Célia Regina Lara, Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Luziânia, realizou uma breve apresentação acerca da atuação dos magistrados da 7ª Região.
5. O Assistente de Coordenação, João Daniel dos Santos, informou acerca das providências a serem tomadas pelo Juiz Diretor do Foro quando da vacância das serventias. Assim, pontuou que a primeira providência seria a elaboração de um Ofício pelo Diretor do Foro comunicando o Tribunal de Justiça. A partir disso, seria expedido um Decreto reconhecendo a vacância da serventia. Na sequência, deve-se editar a Portaria para designar, em caráter transitório e precário, um preposto para a continuidade da prestação do serviço extrajudicial. A Portaria segue para a Corregedoria para fins de análise e, sobrevindo o Decreto pela Presidência do Tribunal, será designada pessoa até o provimento por concurso público. Na ocasião, o Diretor do Foro, na condição de corregedor permanente, deve indicar possíveis candidatos para a função. Lembrou, ainda, que algumas serventias podem ter mais de um substituto.  
Encerrou esclarecendo sobre a transmissão de acervo de que trata o Provimento 33/2020. Explicou que é um ato de competência do Diretor do Foro que designará uma equipe para levantar o acervo, verificar questões pendentes e promover a sua transmissão. Indicou que, no próprio PROAD em que se processa a transmissão do acervo, pode ser solicitado auxílio para atuação da equipe da CGJ. Enfatizou que é importante a presença do magistrado nos trabalhos de transmissão de acervo, e que a equipe CGJ está à disposição.
6. Assessor Correicional Felipe Aires explanou sobre o aspecto administrativo da Assessoria Correicional. Explicou que a Portaria nº 13/2023 estruturou o que já vinha previsto no Regimento Interno, avançando em termos administrativos para compor uma equipe especializada. Esclareceu que, atualmente, a Assessoria Correicional trabalha com modelos, padrões, especialização de matérias, o que reflete em aprimoramento técnico e uma dinâmica estrutural bem coordenada. Convidou todos os usuários para participarem do projeto de idealização e reformulação do Sistema Controle, a fim de que se torne um painel de gestão. Solicitou que os usuários do sistema apresente sugestões para melhorias no seguinte e-mail: [assessoriacorreicional@tjgo.jus.br](mailto:assessoriacorreicional@tjgo.jus.br)



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

7. Diego César Santos, da Diretoria de Planejamento e Inovação do TJGO, explanou sobre o Programa Gestão à Vista, uma ferramenta colaborativa que, por meio de painéis, complementa o Sistema Controle. Explicou que a ferramenta trabalha com as questões do CNJ, com monitoramento diário e indicadores importantes, como o feminicídio e a violência doméstica. Informou que a ferramenta era usada apenas internamente e esse ano tornou-se pública. Fora compartilhada a tela para mostrar como funciona a ferramenta, havendo destaque para a possibilidade de acompanhamento das Metas do CNJ junto às diversas Unidades Judiciárias, com a possibilidade, inclusive, de extração de relatórios no formato de planilhas. Mencionou, por fim, a existências de painéis de Ação Penal, Ação Penal de competência do Júri, Medidas Protetivas e outros, como o das Metas Nacionais. Na página do sistema possui um vídeo explicativo. As pessoas que tiverem interesse poderão entrar em contato no *whastapp* (62) 3236-5420 ou via e-mail: [dpi@tjgo.jus.br](mailto:dpi@tjgo.jus.br). Caso queiram somente o relatório poderão chamar também no *whatsapp*, que será enviada a listagem.
8. Bruno Faustino, vice-presidente do SINDJUSTIÇA, informou que o Sindjustiça trouxe dois temas que considera extremamente importantes para ser discutido. Pontuou que houve iniciativa de vários colegas que atuam em cartório judicial quanto a melhoria no sistema PROJUDI, visto que, além da instabilidade ocorrida nos últimos dias, o Tribunal de Justiça deve voltar os olhos para a quantidade de cliques que é necessário para a conclusão de ato de cartório. Denotou relatos de colegas que foram diagnosticados com Lesão Por Esforço Repetitivo - LER, e caso continue da forma como está, poderá haver uma avalanche de pedidos de afastamento do trabalho para tratamento de saúde. Exemplificou que para um simples arquivamento de processo são necessários, em média 23 cliques, que revela-se desproporcional e atinge de morte a qualidade de vida laboral dos colegas. Portanto, explanou a necessidade da Equipe de TI verificar com sensibilidade essa questão, inclusive licitando uma espécie de mouse capaz de melhorar essa atividade, cuja iniciativa será objeto de PROAD por meio de uma proposta de melhorias. Ao final, parabenizou a implantação da Central de Eletrônica de Mandados. Solicitou ao Desembargador Presidente Carlos França equiparação aos aposentados na forma do pagamento do Auxílio-Saúde aos servidores ativos, visto que é o momento da vida em que mais necessita. Levantou debate sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário Goiano, visto que o termômetro das comarcas demonstra uma prévia catarse, que pode acontecer a qualquer momento. Pontuou que diversos colegas



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

encontram-se extremamente endividados, com dificuldades financeiras, muitos desde a pandemia são responsáveis por manter sua casa e de familiares, já que estes perderam empregos, o salário está comprometido com consignados, inclusive com alguns pedidos de empréstimo direto ao sindicato, ou seja, diante de tamanha necessidade, alguns colegas pediram dinheiro emprestado ao Sindjustica, portanto a Gratificação Judiciária deve entrar na agenda do Tribunal de Justiça e materializar-se urgentemente, visto que já foi noticiado que o Estado de Goiás até o fim deste ano sairá do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), e o Anteprojeto de lei já deve estar pronto para ser enviado à Assembleia Legislativa. Asseverou que espera do Desembargador Carlos França a valorização da mão de obra do servidor deste Poder que proporcionou o alcance dessa premiação do Selo Diamante. Finalizou pontuando a necessidade de implementação da data-base referente aos anos 2019, 2020 e 2021.

9. Dra. Sirley informou que o Presidente do Tribunal de Justiça estava fazendo tudo que era possível em relação às melhorias e que elas aconteceriam, mas que essas questões têm uma articulação para acontecer na hora certa. Mencionou que, em relação à data-base, é preciso trabalhar com a Assembleia e o Executivo. Mencionou que as questões estão sendo analisadas com cuidado pela Presidência. Em relação aos cliques repetitivos, mencionou que a questão será repassada ao Dr. Aldo.
10. Representando o SindoJusGO, Rodolfo Acelino, agradeceu a realização de concurso para Oficial de Justiça, que demonstra reconhecimento por parte da administração da atividade do oficialato. Informou que o Proad n. 395971, que trata do Zoneamento da Comarca de Luziânia, precisa ser implementada. Pontuou sobre o pagamento da Justiça Gratuita nos mandados da Zona Rural, especialmente em uma região que encontra-se 120km da Cidade.
11. O Corregedor Leandro Crispim mencionou que a tecnologia auxilia, mas não substitui a atuação humana. Explicou que o retorno presencial foi decorrente de uma acomodação causada pela tecnologia. Sobre o PROAD de rezoneamento da Comarca, informou que está tramitando e a Comarca de Aparecida possui um PROAD semelhante. A questão está sendo analisada e que haverá avanço no tema. Apontou também estar ciente da questão do Jardim Ingá. O Corregedor indicou que está analisando a questão do impacto financeiro que o rezoneamento gera, bem como as implicações decorrentes do cumprimento de mandados em zonas rurais. Indicou que existe demanda sobre a correção dos valores dos mandados de 2020/2021, sendo que a correção será habilitada



**PODER JUDICIÁRIO**Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

e promovido o reajuste, e em breve será feita a correção em relação à justiça gratuita e justiça criminal. Por fim, o Corregedor requereu compromisso no cumprimento efetivo desses mandados, já que não pode haver retirada indevida de mandados.

12. Jason Trevisan Torres, *via chat*, informou que o PROJUDI e o Sistema Controle não mostram processos arquivados quando da busca avançada por classificador. Questionou se poderia haver um filtro para incluir autos arquivados no resultado da busca por classificador.
13. Diego, em resposta, explicou que é possível elaborar essa busca, mas hoje o sistema ainda não possui essa opção, devido ao fato de ser muito complexo em razão da alta demanda processual.
14. Felipe, Servidor da 1ª Vara Cível da Comarca de Valparaíso, reclamou acerca da quantidade de servidores. Informou que a escrivania tem acumulado várias funções ao longo do tempo, contudo o quantitativo de servidores não está de contento. Explicou que após os auxílios do NAJ, foram zeradas as pendências duas vezes, e que a 1ª Vara Cível ganhou o selo Bronze, mas com o atual quantitativo de servidores acredita não ser possível manter esse padrão.
15. O Corregedor Leandro Crispim esclareceu que atualmente se vive uma nova realidade. Sendo que, as Comarcas do entorno possuem uma estrutura razoável. O Tribunal de Justiça possui uma administração superdinâmica e o Desembargador França vem realizando uma revolução no Judiciário. Informou que foi aprovada recentemente uma nova lei criando mais comarcas e mais cargos. Então a Região receberá mais funcionários, acredita que três funcionários para uma escrivania com 3000 (três mil) processos parece razoável. Manifestou que existem processos que estão no limbo, que estão perdidos, o que requer correção e esforço dos envolvidos. Citou como exemplo a Comarca de Águas Lindas que consta com mais de 500 (quinhentos) processos no limbo e que isso precisa ser corrigido. Esclareceu que é necessário que esses processos sejam usados com ordem de classificação. Acrescentou que todos os Juízes que estão com processos atrasados estão com má gestão de gabinete. Lembrou, ainda, que alguns servidores de Escrivania passaram a ser gestores, com recebimento de DAE para tanto. Pontuou que é preciso gerenciar, baixar números, organizar a atuação para promover efetividade. Hoje a realidade econômica é amarrada e que o TJGO se encontra em situação de recuperação fiscal, sendo que estão sendo buscados aprimoramentos na indenização, como o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde. Mencionou que assim que





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- possível, será realizada a atualização da remuneração. Ao final, solicitou a colaboração de todos, para uma justiça mais eficiente e mais ágil.
16. Dra. Sirley mencionou que com relação às mudanças das regras do teletrabalho, acredita que não acontecerão brevemente. Explicou que o CNJ reforçou a necessidade do presencial e está fazendo um controle severo na fiscalização. Inicialmente, o Presidente estava adotando o procedimento de não computar os servidores que estão afastados por saúde, sendo que o Tribunal estava correndo o risco de ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) imposto pelo CNJ. Em relação ao aumento do número de servidores, a previsão é que os servidores sejam encaminhados na primeira semana de junho.
17. Dra. Célia informou que o problema da queda internet não é uma questão do fórum da Comarca, e sim um problema da operadora.
18. A servidora Simoni, da Equipe Interprofissional da Comarca de Luziânia, explanou que possuem apenas 7 servidores e atendem toda a 7ª Região, se deslocando vários quilômetros para atender processos envolvendo casos graves de feminicídio, violência doméstica e outros. Destacou que o número de servidores não está satisfatório, pedindo aumento dos servidores e reanálise do controle de produtividade, já que o deslocamento e a participação de audiências acaba consumindo tempo de produtividade. Pontou que fará constar todas essas solicitações em um documento por escrito e se comprometeu encontrar soluções para melhorar o trabalho da Equipe.
19. Dr. Gustavo pontou que a falta de servidores atinge diversas outras regiões, e a Região em questão é privilegiada por ter 7 (sete) servidores na equipe forense. Contou que há Região que conta com apenas 3 (três) servidores. Informou que infelizmente não é privilégio para Região de Luziânia o preenchimento do quadro, e não tem nem a curto ou médio prazo essa previsão. Explicou que há outros mecanismos como o Decreto nº 556/2023 que visa possibilitar a complementação desse trabalho através da designação de peritos psicossociais pelo Banco de Peritos.
20. Dra. Célia Lara elogiou a equipe forense da 7ª Região pela produtividade, qualidade e competência. Solicitou que os casos que avaliarem ser de menor complexidade ou que é possível nomear o perito, que o faça. Informou que com o depoimento especial a demanda da equipe aumentou e é preciso fazer valer o Banco de Peritos.
21. A servidora Edinalma, da Comarca de Luziânia, destacou que possuem servidores dedicados adoecendo com a sobrecarga de trabalho, e que as constantes oscilações do PROJUDI estão refletindo no trabalho. Nesse contexto, requereu previsão de melhoria do





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

sistema.

22. A Dra. Sirlei indicou que, sobre a UPJ, há PROAD solucionando melhoria de gratificação e que, a partir de agosto, será liberado esse pagamento de gratificação para os servidores da UPJ.
23. A servidora Cintia, que presta auxílio na Vara Criminal da Comarca de Valparaíso de Goiás, informou que o PROJUDI não auxilia as serventias a terem a efetividade que é exigida aos servidores. A exemplo de devoluções de cartas precatórias. Pontuou também a dificuldade de ter que acessar vários sistemas, a questão de ter que lidar e incluir classificadores. Informou que mesmo exasperando a carga horária, há processos que demandam vários procedimentos, o que leva ao risco de se entrar numa dinâmica de robotização. Solicitou atenção para que o servidor não seja olhado com uma pessoa que não procura evoluir na sua dinâmica de trabalho e estudos.
24. O Dr. Marcus Vinícius pontuou sobre a importância da utilização de classificadores corretos e mencionou a palestra do Dr. Bustolin e Dr. Nicoli sobre a utilização de ferramentas para otimização de recursos e a sistemática de especialização das atividades. Indicou que a repetição de atos por um mesmo servidor se mostra efetiva, e que o trabalho rotineiro e repetitivo traz celeridade nas atividades da Escrivania.
25. Dr. Aldo esclareceu que a questão do PROJUDI é profunda, relatou que em primeiro ponto que o problema não é efetivamente no sistema PROJUDI, principalmente porque pode-se observar a mesma inconsistência também no sistema PROAD. O sistema CNA fez com que o PROJUDI caísse, assim como o hackeamento da certificadora Valid. A memória geral teve uma pane e todos os 85 sistemas do Tribunal de Justiça caíram. O link de internet da OI e também da BRT também fez com que todos os sistemas caíssem. Explanou que o problema não é no PROJUDI, embora a crítica recaia sobre ele, na maioria das vezes são situações externas do PROJUDI. Ressaltou que é um problema nacional e até internacional de links. Ressaltou que todas as unidades terão uma redundância de links, se um cair terá um outro. Por fim, indicou que há um projeto em conjunto com a Dra. Sirlei no fluxo das cartas precatórias. Indicou que a maioria dos Estados estão impondo que o juízo deprecado protocole a carta precatória. Em Goiás, se estuda editar ato normativo no mesmo sentido, como um forma de “contra-ataque”. Explicou que se revela pesado para que o servidor de Goiás tenha que protocolar as cartas precatórias que recebe, motivo pelo qual se vislumbra a edição de ato normativo para proibir que a carta precatória chegue para o TJGO protocolar.





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

26. Dr. Gustavo complementou que apesar de ser difícil a questão de ter que entrar no sistema do TJDFT, o CNJ, por meio do procedimento de controle administrativo, disse que está regular essa exigência, e a única solução é o TJGO também exigir isso por parte do TJDFT.

27. Reunião encerrada as 11h08.

**DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

1. A pastora Jaqueline Bueno deu início à audiência pública com uma palavra de fé e oração. Na sequência, o ouvidor da Comarca de Luziânia, Sr. Gastão Leite, proferiu algumas palavras sobre a Festa do Divino Espírito Santo, que completa 270 anos de comemoração, e encerrou a homenagem convidando o Padre Carlos Henrique para uma breve mensagem bíblica.
2. O Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás, Dr. Leandro Crispim, fez o uso da palavra para destacar a abertura da Corregedoria para o diálogo e oportunizar a manifestação pública.
3. O Dr. Marcus Vinícius e o Dr. Gustavo se colocaram à disposição para esclarecimentos relacionadas às respectivas pastas. No mesmo sentido, a Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Luziânia, Dra. Célia Regina Lara, agradeceu a palavra de todos os representantes da sociedade e se colocou à disposição.
4. O Tentente Coronel Alessandro Arantes, Representante da Polícia Militar, informou que é o trabalho da Dra. Célia Lara junto a PM tem sido de suma importância. Informou que estão colhendo frutos na segurança e possuem um projeto dentro do 5º batalhão sobre a questão do TCO, para que a PM pudesse realizar os boletins nos Juizados da Infância e Juventude junto ao PROJUDI.
5. A promotora de Justiça e coordenadora das Promotorias de Justiça da Comarca de Luziânia, Dra. Janaína Costa Vecchia, de Castro parabenizou a atuação de todos e pontuou a necessidade de criação de mais Varas Criminais e de Execução Penal. Destacou a importância da atuação conjunta em prol do melhor atendimento à sociedade.
6. O Corregedor pontuou que o tema fora tratado na reunião realizada pela manhã. Informou a recente aprovação de Lei, com vigência a partir de agosto, que criou cargos, com destaque para Luziânia, onde foram criados 2 novos cargos. Esclareceu que será feito um estudo através das Diretorias do Foro da Região acerca da reivindicação de mais uma Vara Criminal em razão de sobrecarga, em especial de processos de homicídio. Por fim, o Des. Leandro Crispim se comprometeu a levar esse tema pessoalmente ao Presidente do





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

TJGO.

7. A Procuradora-Geral do Município de Luziânia, Dra. Yasmin Melo Rodrigues, em nome do prefeito Dr. Diego Sorgatto, pleiteou acerca da Vara de Fazenda Pública Municipal, indicando a necessidade de valorização das execuções fiscais, uma vez que elas dão retorno direto à população através do financiamento de políticas públicas e estruturação da comunidade. Destacou que é preciso dar celeridade a tais processos e reforçou que a alçada, atualmente, é de dois salários-mínimos.
8. Dr. Leandro Crispim reforçou a necessidade de equacionar o serviço da Fazenda Pública e destacou que a Vara será assumida por magistrado recém-empossado, Dr. Marcos Antônio. Solicitou ao Dr. Marcus Vinícius uma forma de equacionar a questão na Região.
9. O Dr. Marcus Vinícius afirmou que está em tratativa com o departamento de estatística do TJGO e que, aparentemente, o problema não é de alçada, mas questões diversas que já estão sendo alinhadas junto ao magistrado, que assumirá a respectiva Unidade de Fazendas Públicas.
10. Dra. Thaís de Araújo Paiva Lima, representante da Seccional da OAB - Subseção de Luziânia, fez ponderações acerca de alguns pontos, a saber: possibilidade de criação de uma Vara de Fazenda Pública em apartado para tratar dos pleitos do Município; os prejuízos causados pela constante instabilidade do sistema Projudi; o necessário cuidado e atenção com a advocacia dativa, já que algumas sentenças são proferidas sem o devido registro dos UHDS aos advogados dativos, além do arquivamento de processos sem emissão de certidão de UHD. No ato, a advogada entregou em mãos à Diretora do Foro de Luziânia as sugestões e reclamações da classe de advogados.
11. O Desembargador Leandro Crispim resgatou as palavras do Dr. Aldo, registradas na parte da manhã, para fazer referência às causas da recente instabilidade do sistema PROJUDI. Sobre a advocacia dativa, pontuou que a questão será tratada em PROAD específico, a fim de recomendar aos magistrados a necessidade de arbitrar os respectivos honorários aos advogados dativos. Quanto aos demais temas, explicou que serão analisados com atenção pela equipe da Corregedoria.
12. Dr. Rafael Abrão, Delegado Regional da Polícia Civil, fez coro com relação as instabilidades do PROJUDI. Ressaltou a questão do destino dos autos físicos nas delegacias, pois a PC não possui arquivo. Solicitou um posicionamento, seja para destruir ou para receber. Explicou que delegacia não tem condições de arquivo e, atualmente, as varas não recebem os processos já digitalizados.





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

13. Dr. Gustavo informou que há uma normativa que impedem de receber arquivos físicos pelas Unidades Judiciárias, mas que é compreensível a preocupação quanto ao armazenamento na delegacia. Pontuou a necessidade de instaurar um estudo do tema no âmbito da Corregedoria para possibilitar a solução do problema ora indicado.
14. A Dra. Cristiane, advogada em atuação como delegada na Comarca da Cidade Ocidental, indicou que os processos acabam tendo longa duração em razão da reunião de vários temas em uma única Unidade, como ocorre com a 2ª Vara Cível e das Fazendas Públicas da Cidade Ocidental.
15. Dr. Marcus Vinícius apresentou dados de vazão da respectiva Vara e se colocou à disposição para discutir o tema a partir da entrega de informações mais específicas sobre as dificuldades enfrentadas nesse contexto.
16. Cleiton Rodrigues Gomes, via *chat*, reivindicou maior celeridade do Tribunal no trato do pagamento de precatórios.
17. Dr. Marcus Vinícius solicitou a inclusão em ata para abertura de um PROAD específico e que seja encaminhado ao departamento de precatórios a reclamação ora realizada.
18. A advogada Dra. Glauce, militante na Comarca de Luziânia, fez apontamentos sobre a quantidade reduzida de servidores para cumprir todas as atividades cartorárias
19. Dr. Marcus Vinícius ponderou e apresentou dados estatísticos, indicando que a demanda será levada à Presidência. Na ocasião, informou que está havendo um alto ajuizamento de demandas em várias naturezas de processos, o que dificulta a seleção de uma distribuição mais efetiva, o que não tem impedido o debate acerca da melhor forma de organizar a distribuição processual.
20. O Corregedor no mesmo sentido pontuou que 300 (trezentos) servidores tomaram posse recentemente e foram criadas mais 400 (quatrocentas) vagas, com perspectiva de breve nomeação, o que indica que logo será realizada uma recomposição dos servidores para cobrir esse deficit ora mencionado.
21. O Sr. Joel Roberto, Conselheiro Tutelar e presidente do respectivo Órgão em Luziânia, informou sobre a sua atuação nos dois Conselhos Tutelares e as intensas demandas que recebem no dia a dia laboral. Explicou que enfrenta dificuldades para acessar o plantão judiciário durante os feriados e finais de semana em casos em que não basta a atuação do Conselho Tutelar, a exemplo de encaminhamento de demandas de acolhimento institucional de crianças com deficiência. Complementou informando que as crianças ficam em situação de vulnerabilidade sem decisão judicial acerca da autorização de seu





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

acolhimento, cuja modalidade provisória pode durar apenas 78 (setenta e oito) horas e, em caso de ultrapasse esse prazo, culmina-se em violação aos direitos da criança e do adolescente.

22. Dra. Célia explicou que, em geral, os acolhimentos são realizados em regime de plantão e o(a) magistrado(a) retoma o andamento processual com no expediente ordinário, embora o Conselho Tutelar não tenha acesso ao PROJUDI. Registrou que o plantão é regional e deve haver um alinhamento acerca da forma de comunicação do Conselho Tutelar com a equipe plantonista para o encaminhamento de demandas urgentes.
23. Dr. Gustavo complementou que se trata de uma falha na comunicação, já que, no regime de plantão, quando recebe a demanda, o juiz deve atender e formalizar as medidas necessárias. Tendo em vista que o problema é relacionado à chegada da notícia ao Poder Judiciário, informou que será necessário criar mecanismo de comunicação eficiente, já que há responsabilidade dos plantonistas que foram escalados para o ofício durante finais de semana e feriados. Comprometeu-se a passar ao Sr. Joel, ao final do evento, o contato da Corregedoria, para que informe quando o plantão não estiver em efetivo funcionamento. Por fim, destacou que o plantão é regional, e não local, e que a comunicação via projudi, atualmente, não é possível.
24. O advogado Dr. Humberto questionou se algum servidor será encaminhado para Luziânia, destacando a falta de servidor e o prejuízo que isso causa à comunidade.
25. O Corregedor explicou que serão designados servidores para atender ao deficit, não apenas na 7ª Região, mas em todo o território goiano. Explanou que os 300 (trezentos) servidores foram nomeados e já estão em treinamento para breve atuação.
26. Dr. Marcus Vinícius proferiu considerações e agradeceu a participação de todos, registrado que as questões ora levantadas serão devidamente debatidas.
27. O Corregedor teceu considerações em agradecimento a todos, destacando a importância de que os Encontros Regionais sejam realizados no formato presencial, a fim de geral aproximação e acolhimento. Por derradeiro, declarou encerrada a reunião.

**ASSINATURAS**

**Desembargador Leandro Crispim**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira**  
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria





**PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Clécio Silva Marquez**

Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

**Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes**

Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**Isabela Sardinha Lisboa Leite**

Assessora do 3º Juiz Auxiliar da CGJ



# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 681472064489 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

**Nº Processo PROAD: 202305000412834 (Evento nº 2)**

**ISABELA SARDINHA LISBOA LEITE**

ASSESSOR(A) JURÍDICO(A) I

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 25/05/2023 às 16:06

**Marcus Vinícius Alves de Oliveira**

JUIZ DE DIREITO

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2023 às 09:35

**CLECIO SILVA MARQUEZ**

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2023 às 09:29

**KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES**

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

ASSESSORIA CORREICIONAL DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 25/05/2023 às 16:18

**GERALDO LEANDRO SANTANA CRISPIM**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 25/05/2023 às 18:59

